

CONSELHO FISCAL

| | |
|---|-------------------------|
| ATA Nº 01/2023 | Data: 18/01/2023 |
| Local: Sala de reuniões da AMPASS – Reunião Presencial | |
| Conselheiros Presentes: <ul style="list-style-type: none">• Petrônio Lira Magalhães – AFREM SINDICAL• Clínio Francisco de Oliveira – SINDSEPRE• Andrea Batista de Oliveira Medeiros – SIMPERE• Rafael Salviano Marques Marroquim – Poder Executivo (Gabinete de Comunicação)• Diego Targino de Moraes Rocha – Poder Executivo (SEPLAGTD) | |
| Conselheiros Ausentes: <ul style="list-style-type: none">• Tarcísio do Amaral Montenegro Ribeiro – Poder Executivo (SEGOV) (ausência justificada através do ofício 48-2020-Gab-Segov) | |
| Convidados Presentes: <ul style="list-style-type: none">• Gestores da AMPASS<ul style="list-style-type: none">○ Marco Aurélio – Gerência de Investimentos○ Rebeca de Souza - Gestora da Unidade de Controle Interno | |
| Presidente do Conselho: Petrônio Lira Magalhães | |
| Designação dos Membros: <ul style="list-style-type: none">• Portaria n.º 0560 de 18 de março de 2021 (publicada no DOM de 26/03/2021)• Portaria n.º 1225 de 03 de setembro de 2021 (publicada no DOM de 04/09/2021)• Portaria n.º 0159 de 23 de fevereiro de 2022 (publicada no DOM de 24/02/2022) | |

O Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Petrônio Magalhães, abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e informou que a pauta da reunião seria: Apresentação da carteira de investimentos do fundo RECI PREV; Informação do Controle Interno sobre intimação recebida pela AMPASS sobre contribuições do PASEP e Relatório sobre a prestação de contas de 2022 da AMPASS. Em seguida passou a palavra ao Sr. Marco Aurélio, que passa a apresentar o fechamento da carteira de investimentos de 2022. “Fechamos em R\$ 2.796 bi em 31.12.2022, esse é o patrimônio líquido do fundo; a partir do mês de junho havia uma tendência em ascender, porém em outubro a coisa reverteu, havendo uma curva descendente”, o presidente do Conselho Fiscal pergunta se o resultado é na marcação à mercado; Marco Aurélio responde que é na curva, ficando claro que foi só a renda variável que sofreu com alteração na expectativa do mercado, coloca o Presidente Petrônio. Marco Aurélio explana que houve variação do IPCA negativo, e que, como forma de blindar a Carteira, a maior parte está alocada em papéis do tesouro. Mas houve evolução, embora não tenhamos atingido a meta. Continua a apresentação, focando na situação da carteira cujos investimentos no curto prazo representam 30%, no médio prazo, 13%, e, em longo prazo, na ordem de 56%. Salaria que, com relação aos ativos, 79,30% estão aplicados em renda fixa, na maioria em títulos do tesouro. Com relação à volatilidade da Carteira, considera muito baixa, apresentando apenas 17% de volatilidade alta, 3,6% de volatilidade muito alta. Em relação à evolução, observa que 69% estão atrelados a renda fixa, tendo como rentabilidade meta+IPCA+1%. O resultado da carteira, no ano foi de 4,31%, teve renda fixa de 10,98% de resultado, a renda variável respondeu por 2,68% negativos, tivemos aquele resultado negativo de 36% no exterior, influenciando muito no resultado da carteira, mas não tivemos perda de capital, ficamos aí pelo menos com R\$ 50 milhões de resultado positivo, o fundo estruturado deu cerca de 12% negativos, mas é muito pouco o que temos em fundo estruturado, e o fundo imobiliário deu 2,63%. com relação a nossa meta que é 10,94% no acumulado, essa era a meta de atingimento, mas só fechamos em 4,38%, então ficamos com um déficit de 6,56%. O presidente comenta que este déficit é muito alto, Marco Aurélio comenta que poderia ter sido pior caso não tivessem feito o movimento para os títulos do governo. O IPCA acumulado foi de 5,78%, o CDI acumulado foi de 2,35%, o IBOVESPA acumulado foi mais de 4%, e a carteira na marcação a mercado foi de 0,09%. O Presidente Petrônio Magalhães comenta que a carteira a mercado ficou com 0,09%, a carteira na curva ficou com 4,38%, onde o que chama a atenção é que não atingimos nem o IPCA, significando que ficamos muito longe da meta. Continuando, Marco Aurélio passa para a evolução em termos nominais, passando de R\$ 2.623 mi, em janeiro, para R\$ 2.795 mi, em dezembro, que então foi cerca de R\$ 118mi, que é o rendimento da carteira. Trazendo também o patrimônio líquido de 2014 a 2022, tendo em 2014, o patrimônio líquido era de R\$ 886 mi, fechando em dezembro de 2022 com R\$ 2.796 mi. Apresentando o quadro das entradas líquidas anuais, encerrando assim a apresentação, quando o presidente observa ainda que houve um quadro de pagamento enorme no ano de 2017, justamente por causa da migração ocorrida, não sendo acompanhada pela receita, tendo em vista ser contribuições de aposentados, acrescenta que houve boa contribuição em 2019. Agradece a apresentação que fora finalizada pelo sr. Marco Aurélio. Em seguida o Presidente passa a palavra para a Sra. Rebeca de Souza, que informa que em novembro de 2022 a RECI PREV recebeu autuação relativa a contribuição para o PASEP. Que em meados de 2022 foi recebida intimação para apresentação de informações sobre a referida contribuição, e traz a informação de que não há contribuições sobre o PASEP, afirmando nunca ter havido essa cobrança à Autarquia. Fato oriundo de uma auditoria da Receita Federal, compreendendo o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019, e que, diante dessa autuação, foi encaminhada consulta à PGM sobre o que é devido e qual a base de cálculo adotada. Complementa que em 2019 a PCR agendou ação para anular este lançamento tributário, reconhecendo a ilegitimidade dos débitos, sendo esta ação

referente ao ano de 2012, não sendo da mesma competência temporal da autuação. Daí o Município ganhou liminar, suspendendo a exigibilidade do pagamento destes créditos tributários, não tendo sido julgado definitivamente, porém em contrapartida, há um entendimento da PGFN de que os Fundos Previdenciários são entes meramente contábeis, não possuindo personalidade jurídica, ficando os Fundos RECIPREV e RECIFIN enquadrados nesta prerrogativa, e que a Autarquia figura em tal decisão como unidade gestora dos Fundos, o que levou a AMPASS a entrar com recurso administrativo, que foi protocolado no dia 07 de dezembro de 2022, solicitando a anulação do lançamento, sob alegação de que as contribuições previdenciárias têm destinação vinculada, e que não deveriam estar inclusas na base de cálculo do PASEP. Importante salientar que outros RPPS também já entraram com ações judiciais considerando a supramencionada justificativa, solicitando ainda a não inclusão na base de cálculos outras receitas como: transferências dos aportes, receitas oriundas da compensação previdenciária, bem como os rendimentos dos investimentos. Motivos que fortaleceram a fundamentação da Autarquia a entrar com recurso, pois além de não ser um tema consolidado, existe uma PEC em tramitação no Senado, que visa a retirada das contribuições previdenciárias da base de cálculos. A referida PEC do ano de 2015, já havia sido arquivada, porém foi retomada em 2019 e está vinculada a uma outra PEC, que está em tramitação, ainda sem definição. O Presidente Petrônio faz questionamentos, pergunta a Rebeca o que ocorreu antes de 2018, o que dizem os auditores da Receita, Rebeca responde que eles se ativeram aos últimos cinco anos; qual o valor que foi tributado, responde que cerca de R\$ 18 mi. Então o Presidente coloca que sua concordância com a posição da Autarquia em impetrar recurso, pois sendo tema controverso, importante contestar. A outra pergunta feita pelo Presidente Petrônio é sobre qual o valor da alíquota cobrada na autuação; a sra. Rebeca responde que o valor cobrado é de 1% sobre as receitas correntes. O conselheiro Diego Rocha comenta que a Autarquia entrou com recurso administrativo na Receita, observa que provavelmente será negado por eles, e salienta que a PGM está estudando e que provável seja o ajuizamento mais na frente. O Presidente diz que deverá percorrer certo tempo, levando em conta ser uma questão controversa, alerta que é necessário observar os riscos e que poderá ser coerente fazer uma reserva. O conselheiro Clínio Oliveira registra esclarecimento a Sra. Rebeca, indagando que esta questão, estando relacionada ao PASEP, trata da contribuição dos servidores e pergunta se poderá trazer impacto para os beneficiários, respondido que acredite que não haverá impacto diretamente aos servidores ou na alíquota previdenciária dos mesmos, mas poderá impactar diretamente nos fundos, concluindo que a cobrança foi para a Autarquia, e que em tese seria paga com a taxa de administração com verba oriunda dos Fundos. Concluída a apresentação da sra. Rebeca, o Presidente segue a pauta e fala sobre o relatório que foi solicitado a este CF, sobre as ações realizadas em 2022, por exigência do Pró Gestão, passa então a apresentar, expressa a composição paritária, das competências e responsabilidades, enfatiza o objetivo que é o de resguardar os interesses dos beneficiários, principalmente no tocante às questões financeira e atuarial dos Fundos Previdenciários. Informa que está disponível para observações e contribuições dos conselheiros antes do envio à Gestão de Controle Interno, frisa também sobre as 11 (onze) competências legais do Conselho, enfoca que com relação a composição, de acordo com a Lei e as portarias de nomeação, preveem 03 (três) representantes de indicação governamental e 03 (três) dos representantes dos servidores, indicados por entidades sindicais, não havendo suplentes. Fala das certificações necessárias exigida aos Conselheiros, informa que estão lançadas as suas certificações, e a da Conselheira Andréa Batista será incluída, lembrando da importância da discussão do assunto tendo em vista o prazo para a certificação dos demais conselheiros, em virtude do nível em que está inserida a Autarquia no Pró Gestão. Fala também das prioridades do CF, no tocante a prestação de contas dos

fundos, que mensalmente são apresentadas pela autarquia relativas a movimentação dos fundos e dos repasses. Enfatiza que em relação aos repasses da PCR, observa que tem sido bem tranquilo, pois a Prefeitura realiza os repasses com regularidade, exemplificando que nos últimos anos houve apenas duas vezes, que foram registrados curtos atrasos nos repasses e que o Ente regularizou em curto tempo e com os referentes encargos. Mensalmente acompanhamos a evolução da Carteira de Investimentos e observamos as premissas e resultados diante do estudo atuarial. Também acompanhamos a política de investimentos, observando que a dinâmica é bem complexa, mas este CF, anualmente se debruça sobre ela, cabendo-nos a sua aprovação. Registra que temos cumprido as exigências da Governança e do Pró Gestão, relaciona ainda as deliberações e ações realizadas e discutidas mês a mês em nossas reuniões no ano de 2022, elencando por exemplo a apresentação da carteira que está presente na apreciação deste Conselho todos os meses, e assuntos específicos debatidos, apreciados e encaminhados pelo colegiado, então exemplifica alguns destaques como: em janeiro tivemos o fechamento do ano de 2021, e a previsão para 2022; em fevereiro analisamos o contrato realizado com a Max Lucena advocacia para cobrança de compensações previdenciárias, também analisamos o relatório de Governança Corporativa, tendo sido aprovado mais adiante; no mês de abril, tivemos a aprovação das premissas do relatório atuarial; em maio aprovamos a prestação de contas de 2021 da Autarquia e dos Fundos; em junho, discutimos a portaria que regulamenta os empréstimos consignados, que hoje é extremamente restrita aos aposentados do RECIPREV, sabendo-se da importância tanto para o fundo capitalizado como também para os servidores, tendo em vista o incremento de capital para o Fundo, e a redução da taxa de juros para os servidores; em julho discutimos sobre o concurso público, que está parado, comenta que é visível uma falta de interesse da Autarquia; em agosto foram apresentadas as atividades do Pró Gestão, cujo relatório foi aprovado na reunião do CF de setembro, também em setembro, apreciamos e emitimos parecer sobre a política de investimentos; em outubro debatemos sobre o relatório do Saúde Recife, que está com a carteira fechada para adesões causando indignação aos servidores pela falta de isonomia, havendo adesões apenas pela via judicial; em novembro, como é de rotina tivemos a apresentação da carteira, e no mês de dezembro, tivemos a única reunião presencial do ano, onde foi apresentado um balanço geral pelo Presidente e vice-presidente, e pelos demais gestores de todas as áreas da Autarquia. Finalizando assim a apresentação, disponibilizando o material para apreciação e considerações do colegiado, antes de enviar à Governança Corporativa. O conselheiro Clínio Oliveira, solicita acrescentar na pauta o assunto do concurso público, acatado; ele propõe que este Conselho elabore expediente ao Presidente da Autarquia, o Sr. Manoel Carneiro, cobrando agilidade para os encaminhamentos, via realização do concurso público, o que foi comentado e acatado. A Sra. Rebeca expressa que o concurso é uma pauta da Gestão da Autarquia e que esperavam já ter realizado no ano passado, o que não aconteceu, por questões da Prefeitura, não sendo as decisões apenas da RECIPREV, e a realização é muito importante para Autarquia, inclusive é requisito para se manter no nível 3 do Pró Gestão, pois a partir do próximo ano não poderemos livrar nenhum requisito, aproveitando para informar que a comissão do concurso foi renovada em dezembro passado para dar andamento ao concurso. E com a suspensão do concurso em 2020 a comissão está começando todo o processo. O Presidente Petrônio comenta que, em se tratando das despesas, tem que partir da Prefeitura, mas o processo está moroso, e que deve haver pressão, e que a RECIPREV faça a sua parte para resolver a questão. O conselheiro Diego Rocha, observa que em relação a proposta do conselheiro Clínio Oliveira, sugere que seja registrado em ata, solicitado a gestão do cronograma do concurso, o Presidente pergunta se o conselheiro Clínio fica contemplado apenas com o registro em ata, respondendo que embora havendo o registro na ata, acrescentaria ao expediente a solicitação do cronograma

proposto pelo conselheiro Diego. A Sra. Rebeca informa que o Plano de Ação 2023 já está assinado por todos os conselheiros e que irá ser publicado no portal. O Presidente Petrônio Magalhães deu por encerrada a primeira reunião de 2023 que aconteceu de forma remota através do Google Meet, e eu, Clínio Oliveira, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por todos os conselheiros presentes.

Deliberações

Próxima reunião: 15/02/2023 (online)

Pauta para a próxima reunião:

- Apresentação mensal da carteira de investimentos;
- Apresentação do balanço de aposentadorias e pensões de 2022.

Responsável pela elaboração da ata: Clínio Francisco de Oliveira

CONSELHEIROS

| | |
|-----------------------------------|--|
| Petrônio Lira Magalhães | |
| Clínio Francisco de Oliveira | |
| Rafael Salviano Marques Marroquim | |
| Diego Targino de Moraes Rocha | |
| Andréa Batista | |